



Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – CEP: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

## LEI N° 1548/2025

"INSTITUI, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOORETAMA, **PROCURADORIA ESPECIAL** DA MULHER. **REVOGA** AS N° **LEIS** N° 1.345/2023 N° 931/2019. Ε 1.372/2023. Ε DÁ **OUTRAS** PROVIDÊNCIAS"

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SOORETAMA - ES, usando de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais normas que regem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

- **Art.** 1º Fica instituída no âmbito da Câmara Municipal de Sooretama a Procuradoria Especial da Mulher.
- **Art. 2°** A Procuradoria Especial da Mulher é o órgão da Câmara Municipal responsável por:
- I Zelar pela participação mais efetiva das vereadoras nos órgãos e nas atividades da Câmara Municipal;
- II Receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violência e de discriminação contra a mulher;
- III Fiscalizar e acompanhar a execução de programas do Governo Municipal, Estadual e Federal, que visem à promoção da igualdade entre homens e mulheres, bem como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito municipal;
- IV Cooperar com organismos públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- V Promover estudos e debates sobre violência e discriminação contra as mulheres e sobre o déficit de representação das mulheres na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídios às Comissões Permanentes da Câmara Municipal;
- VI Acompanhar os debates promovidos pelo Fórum Municipal de Muheres e pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA

Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – CEP: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

VII - promover a integração entre o movimento de mulheres e a Câmara Municipal; e

VIII - organizar e divulgar a legislação relativa aos direitos das mulheres, inclusive a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, bem como zelar pelo seu cumprimento.

**Parágrafo único.** A Procuradoria Especial da Mulher não terá vinculação com nenhum outro órgão desta casa, sendo órgão independente, que contará com o suporte técnico de toda a estrutura da Câmara.

- **Art. 3º** A Procuradoria Especial da Mulher será composta por uma Procuradora Especial da Mulher e uma Subprocuradora, escolhidas entre as Vereadoras da Câmara Municipal, mediante designação do Presidente da Casa.
- § 1º Em caso de inexistência de Vereadora eleita na legislatura, ou não havendo número suficiente de Vereadoras, ou ainda havendo manifesto desinteresse destas para o exercício da função, as atribuições poderão, em caráter excepcional, ser exercidas por servidoras desta casa designadas pelo presidente.
- § 2° O mandato da Procuradora Especial da Mulher e da Subprocuradora será de 2 (dois) anos, coincidindo com o mandato da Mesa Diretora. Excepcionalmente, a primeira escolha referente à presente legislatura terá duração até 31 de dezembro de 2028.
- § 3° A Subprocuradora terá como atribuição substituir a Procuradora Especial em seus impedimentos e auxiliá-la no desempenho das atribuições da Procuradoria Especial da Mulher.
- **Art. 4º** A Procuradora Especial da Mulher e a Subprocuradora exercerão suas funções em caráter voluntário, vedado o pagamento de remuneração, gratificação ou qualquer outra vantagem pecuniária.
- **Art. 5°** A Procuradoria Especial da Mulher dará, em colaboração e cooperação com a Comissão Permanente, encaminhamento às demandas recebidas de sua competência.





Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – CEP: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

**Art. 6°** A Procuradoria Especial da Mulher funcionará, excepcionalmente, durante o recesso parlamentar, para apreciar demandas sociais urgentes que necessitem de encaminhamentos que não possam aguardar o fim do recesso parlamentar.

**Art. 7°** A Procuradoria Especial da Mulher deverá apresentar, anualmente, no mês de dezembro, relatório de suas atividades no exercício atual.

Parágrafo único. Caso a Procuradora Especial da Mulher e a Subprocuradora não cumpram com as demandas da procuradoria, poderão ser destituídas pela maioria absoluta dos vereadores.

**Art. 8º** Toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria Especial da Mulher terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação da Câmara Municipal.

**Art.** 9º Fica o Poder Legislativo autorizado a incluir rubrica orçamentária específica para subsidiar as atribuições da Procuradoria Especial da Mulher, desde que previamente apresentado cronograma de ações antes da elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA.

**Art. 10.** O gabinete da Procuradoria Especial da Mulher funcionará na mesma dependência física do Gabinete da Vereadora designada Procuradora Especial da Mulher, podendo utilizar a estrutura administrativa já disponibilizada.

Parágrafo único. Na hipótese de a Procuradora Especial da Mulher não ser Vereadora, os atendimentos da Procuradoria serão realizados no Gabinete da Presidência da Câmara.

Art. 11. Ficam totalmente revogadas as Leis 931/2019, 1.372/2023 e 1.345/2023.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Sooretama, Estado do Espírito Santo, aos 08 (oito) dias do mês de outubro de 2025.





Rua Vitório Bobbio, 281 – Centro – CEP: 29927-000 CNPJ: 01.612.155/0001-41 – Tel: (027) 3199-0266 – Ramal: 2218

## FERNANDO CAMILETTI PREFEITO MUNICIPAL DE SOORETAMA

Certifico e dou fé, que dei publicidade a presente, afixando cópia no quadro de avisos desta municipalidade.

HOBERDAN DA ROCHA VALE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO